



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ÁGUA DOCE**

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 3/2026/PMAD
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026/PMAD
(Retificado pela errata 01)**

O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE (SC), por intermédio do(a) **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**, representada neste ato pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Newton Luiz Bedin, torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Instrução Normativa SEGES nº 73/2022, demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como as condições constantes neste ato convocatório, realizará licitação na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando a futura e eventual contratação de serviços de Transporte Escolar.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado **Pregoeiro**, mediante inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente no seguinte endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 08h00 do dia 02 de fevereiro de 2026
ABERTURA DA SESSÃO: 08h15 do dia 02 de fevereiro de 2026, no endereço eletrônico informado acima.

Importante destacar que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

1. DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO

1.1. DO OBJETO:

- 1.1.1 A presente licitação tem por objeto o **Contratação de serviços de transporte escolar por quilômetro rodado**, em condições de rodagem para o ano letivo de 2026, conforme especificações descritas neste Edital e seus Anexos.
- 1.1.2 O valor total previsto para esta contratação é de R\$ 1.476.881,04 (um milhão quatrocentos e setenta e seis mil, oitocentos e oitenta e um reais e quatro centavos).

1.2. DA FORMA DE EXECUÇÃO:

- 1.2.1. Não há possibilidade de subcontratação de partes do serviço.
- 1.2.2. Caberá a proponente vencedora obedecer ao objeto do presente edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade. Os serviços somente poderão ser fornecidos pela proponente vencedora, vedado, portanto, o fornecimento de serviço por terceiros.
- 1.2.3. O serviço será prestado em todos os dias letivos, respeitando o itinerário definido.
- 1.2.4. É imprescindível o acompanhamento de um monitor durante o transporte de alunos.
- 1.2.5. O Município não se responsabiliza por qualquer encargo decorrente do serviço prestado.
- 1.2.6. Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executiva de trânsito dos Estados, Municípios e do Distrito Federal (Art. 136 da Lei n. 9.503 de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro).
- 1.2.7. A autorização referida deverá ser afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante (Art. 137). Para tanto exige-se:
- Registro como veículo de passageiros;
 - Inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;
 - Pintura da faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseiras da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE ÁGUA DOCE

- pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;
- d) Equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;
 - e) Lanternas de luz branca, fosca ou amarela, dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;
 - f) Cintos de segurança em número igual à lotação;
 - g) Outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CTB;
 - h) **O veículo utilizado para execução de serviços de transporte escolar não poderá ter mais de 15 (quinze) anos de vida útil;**
 - i) Dispositivos eletrônicos que possibilitem rastreamento e monitoramento em tempo real, por meio de tecnologia GPS e/ou GPS/GPRS; Sistema de monitoramento veicular por imagens; Sistema de vigilância digital com, no mínimo, 01 (uma) câmera instalada em local estratégico no interior do veículo.
 - j) Será exigido veículo específico:
 - I. para o trajeto 1: veículo com capacidade mínima de 28 lugares;
 - II. para o trajeto 5: veículo com capacidade mínima de 45 lugares;
 - III. para o trajeto 15: veículo com capacidade mínima de 28 lugares;
 - IV. para o trajeto 4: veículo com capacidade mínima de 40 lugares;
 - V. para o trajeto 23: veículo com capacidade mínima de 15 lugares;
 - VI. para o trajeto 24: veículo com capacidade mínima de 15 lugares;
 - VII. para o trajeto 25: veículo com capacidade mínima de 50 lugares;
 - k) A prestadora de serviços de transporte escolar deverá, obrigatoriamente, atender a legislação vigente;
 - l) O motorista que realizar o serviço de transporte escolar deverá ter: curso especializado para condutores de veículos de transporte escolar e transporte de passageiros; Carteira Nacional de Habilitação dentro do prazo de validade; habilitação mínima na Categoria "D" e não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses.
 - m) O serviço de transporte escolar deverá estar à disposição das escolas em cumprimento ao estabelecido no Calendário Escolar;
 - n) O serviço de transporte escolar deverá também realizar o transporte de alunos das escolas municipais para eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte do Município de Água Doce/SC;
 - o) O serviço de transporte escolar deverá transportar alunos da rede Estadual e Municipal do Município de Água Doce/SC.
- 1.2.8. O condutor de veículo destinado à condução de escolares deve satisfazer os seguintes requisitos:
- a) Ter idade superior a vinte e um anos;
 - b) Ser habilitado na categoria D;
 - c) Carteira Nacional de Habilitação dentro do prazo de validade;
 - d) Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;
 - e) Ser aprovado em curso especializado para condutores de veículos de transporte escolar e transporte de passageiros.
 - f) Apresentar, obrigatoriamente, certidão negativa do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos, junto ao órgão responsável pela respectiva concessão ou autorização (art. 329, do CTB).

2. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 2.1. Poderão participar da presente licitação empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto deste Edital, regularmente estabelecidas no País, desde que atendam às exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos e, estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.
- 2.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:
- 2.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
 - 2.2.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 2.2.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 2.2.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 9º e 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;
 - 2.2.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
 - 2.2.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE ÁGUA DOCE

- 2.3. A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do Art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 2.4. A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes neste Edital e seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e documentos apresentados em qualquer fase do processo.
- 2.5. Os participantes deverão assumir inteira responsabilidade pela inexistência de foros que possam impedir a sua participação e/ou habilitação na presente licitação, pela autenticidade de todos os documentos que forem apresentados, bem como pela veracidade das informações e declarações prestadas.
- 2.6. **Da participação das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais:**
- 2.6.1. As microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que quiserem participar deste certame usufruindo os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar o disposto nos subitens seguintes:
- 2.6.1.1. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão declarar, sob as penas da Lei, que se enquadram nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, **clicando no campo próprio previsto na tela de envio das propostas.**
- 2.6.1.2. A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada, mediante apresentação da Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.
- 2.6.1.3. A condição de Microempreendedor Individual deverá ser comprovada mediante apresentação do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual.
- 2.6.1.4. A Certidão ou Certificado deverão ter a emissão dentro do exercício fiscal vigente na data marcada para a abertura da presente Licitação.
- 2.6.1.5. Todo benefício previsto na Lei Complementar nº 123/2006 aplicável à microempresa estende-se ao MEI, conforme determina o § 2º do art. 18-E.
- 2.6.1.6. Também deverá ser observado o disposto no art. 4º da Lei 14.133/21.

~~2.7. Considerando o disposto na IN RFB 2110/2022 de 01/11/2022, fica vedada a participação de empresas optantes pelo Simples Nacional neste certame.~~

~~2.7.1. A Equipe de Apoio poderá efetuar consulta de optantes junto ao sistema da Receita Federal para averiguação da situação das licitantes e, em caso de retorno positivo, a licitante será desclassificada.~~

2.7. Poderão participar deste certame as microempresas e empresas de pequeno porte, optantes pelo Simples Nacional, desde que a prestação dos serviços não configure cessão ou locação de mão de obra, nos termos do art. 17, XII, da Lei Complementar nº 123/2006 e da Instrução Normativa RFB nº 2.110/2022.

2.7.1. A responsabilidade pela regularidade do enquadramento tributário frente à natureza do serviço prestado é exclusiva da licitante.

3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo Portal de Compras Públicas, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.
- 3.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE ÁGUA DOCE

- 3.2.1. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 3.2.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Água Doce, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.2.3. O credenciamento junto ao Portal de Compras Públicas implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.2.4. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio de propostas.
 - 4.1.1. De acordo com o art. 63, inciso II c/c com o art. 17, § 1º da Lei 14.133/2021, por não se tratar de inversão de fases, **será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, na fase de habilitação**, os quais deverão ser enviadas no prazo de 2 (duas) horas, após o envio de mensagem do(a) pregoeiro(a) via sistema.
- 4.2. O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 4.3. **O licitante, ao enviar sua proposta, deverá marcar, em campo próprio do sistema eletrônico, as declarações on-line, fornecidas pelo sistema de Pregão Eletrônico.**
- 4.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.
- 4.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, por solicitação do Pregoeiro durante a fase de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do Art. 43, § 1º da Lei Federal Complementar nº 123/2006.
- 4.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- 4.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 4.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) Pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 4.10. **Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a), pelo sistema, ou de sua desconexão.**

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 5.1.1. Valor unitário e total para cada item, em moeda corrente nacional;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ÁGUA DOCE**

- 5.1.2. **Considerando o disposto no Art. 21, § 6º da Instrução Normativa SEGES/ME nº. 73/2022, é vedada a identificação do licitante na fase competitiva e, para tanto, como forma de manter o sigilo das propostas, recomenda-se:**
- 5.1.2.1. Marca de cada item ofertado, **para não identificar a empresa pode-se utilizar o termo “PRÓPRIO”;**
- 5.1.2.2. Fabricante de cada item ofertado, **para não identificar a empresa pode-se utilizar o termo “PRÓPRIO”;**
- 5.1.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.
- 5.3. No preço cotado já deverão estar incluídos os custos de eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, encargos sociais, taxas, seguros, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, diárias, hospedagem, alimentação, fretes e quaisquer outros que incidam sobre a contratação ou decorrentes da mesma.
- 5.4. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os materiais ser fornecidos sem ônus adicionais.
- 5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 5.8. Vícios, erros e/ou omissões, que não impliquem em prejuízo para o Município, poderão ser desconsiderados pela Comissão de Licitações, cabendo a esta agir em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.
- 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme Art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 6.2.1. **Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.**
- 6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste edital.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ÁGUA DOCE

- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será definido pelo(a) Pregoeiro(a).
- 6.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 6.10. Será adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o **modo de disputa aberto**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 6.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o(a) Pregoeiro(a), justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 6.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo(a) Pregoeiro(a).
- 6.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 6.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.18. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do(a) Pregoeiro(a) aos participantes do certame, publicada no Portal de Compras Públicas, www.portaldecompraspublicas.com.br, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.21. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45 da Lei Federal Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.538/2015.
- 6.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.24. Caso a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE ÁGUA DOCE

estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

- 6.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- 6.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 6.28. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:
 - a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;
 - c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.29. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
 - a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - b) empresas brasileiras;
 - c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.
- 6.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 6.30.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.30.2. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.31. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA NEGOCIAÇÃO

- 7.1. Encerrada a etapa de lances da Sessão pública, o Pregoeiro PODERÁ negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.3. A fase de negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes e terá duração de 2 (duas) horas.
- 7.3.1. Concluída a negociação com os arrematantes, o prazo previsto no item 7.3 poderá ser encerrado antecipadamente, a critério do pregoeiro, com o intuito de agilizar o procedimento.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE ÁGUA DOCE

- 7.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
 - 7.4.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 7.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo a ser estipulado, sob pena de não aceitação da proposta.
 - 7.6.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
 - 7.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu anterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 7.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
 - 7.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 7.10. Nos itens não exclusivos para a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos Arts. 44 e 45 da Lei Federal Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 7.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta e negociação, o Pregoeiro solicitará o encaminhamento da proposta readequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.12. Após a etapa de negociação e antes da solicitação de envio da proposta readequada, será aberto prazo de recurso referente ao julgamento das propostas, com duração de 10 (dez) minutos.

8. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 8.1. O fornecedor encaminhará a proposta readequada ao seu último lance, preenchendo em campo próprio os valores readequados e enviando ao pregoeiro através do próprio sistema do Portal de Compras Públicas.
- 8.2. O prazo para envio da proposta readequada será de 2 (duas) horas, não podendo ser prorrogado.
 - 8.2.1. O não envio da proposta readequada no tempo determinado pelo pregoeiro, ensejará a desclassificação da proposta.
- 8.3. **A proposta readequada deverá ser enviada em arquivo e deverá conter todos os dados da proponente, os itens**



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE ÁGUA DOCE

vencidos, as quantidades, os valores unitários e totais, as porcentagens referentes aos custos e despesas e despesas com pessoal, datada e assinada pelo responsável, e deverá ser enviada através de campo específico do próprio sistema, seguindo o modelo disponível no Anexo III deste Edital.

9. DA VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS

- 9.1. Encerrada a etapa de lances, negociação e envio da proposta readequada, o Pregoeiro verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação dos licitantes no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:
 - 9.1.1. Consulta de Sanções no Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União:
(www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta).
 - 9.1.2. Consulta no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ:
(www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
 - 9.1.3. Consulta na Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU:
(contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3).
 - 9.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
 - 9.1.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
 - 9.1.4.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
 - 9.1.4.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
 - 9.1.5. Constatada a existência de sanção, o(a) Pregoeiro(a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
 - 9.1.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos Arts. 44 e 45 da Lei Federal Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.2. Caso atendidas as condições de participação, será solicitada pelo Pregoeiro o envio dos documentos dos licitantes por meio do Portal de Compras Públicas, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.
- 9.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 9.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
 - 9.5.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. DA HABILITAÇÃO:



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE ÁGUA DOCE

10.1. REGULARIDADE JURÍDICA:

- 10.1.1. De acordo com o art. 63, inciso II c/c com o art. 17, § 1º da Lei 14.133/2021, por não se tratar de inversão de fases, **será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor na fase de habilitação**. Os licitantes deverão encaminhar através do sistema, no prazo de 2 (duas) horas após o envio de mensagem do(a) pregoeiro(a) os seguintes documentos para fins de habilitação:
- 10.1.1.1. CNPJ – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso, **pertinente e compatível com o objeto desta licitação**.
- 10.1.1.2. No caso de Empresário Individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 10.1.1.3. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio (www.portaldoempreendedor.gov.br);
- 10.1.1.4. No caso de Sociedade Empresária ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.1.1.5. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 10.1.1.6. No caso de Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 10.1.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 10.1.1.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- 10.2.1. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 10.2.2. Prova de regularidade junto à **Fazenda Estadual**, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada.
- 10.2.3. Prova de regularidade junto à **Fazenda Municipal**, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada.
- 10.2.4. Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**.
- 10.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943.
- 10.2.6. **Certidão Negativa de Débitos emitida pelo Município de Água Doce/SC** (emitida através da Internet, pelo site do município (www.aguadoce.sc.gov.br), no link: https://e-gov.betha.com.br/cdweb/03114-457/contribuente/rel_cndcontribuente.faces) (o pregoeiro poderá consultar junto ao setor tributário e, não havendo débitos, habilitar a licitante no tocante ao presente item). Caso a licitante não tenha cadastro no município, a simples apresentação do resultado da consulta, informando que a mesma não está cadastrada, suprirá a exigência deste item.
- 10.2.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE ÁGUA DOCE

alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

10.3.1. **Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante**, datado dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

10.3.1.1. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do Art. 58, da Lei nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

10.3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, nos termos do disposto no Art. 69, Inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

10.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

10.4.1. Atestado de capacidade técnica para a execução do objeto deste Edital, mediante apresentação de documento emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a proponente executou, a qualquer tempo, ou vem executando serviços de natureza semelhante ao objeto deste certame.

10.4.2. Certificado de Regularidade Cadastral emitido pelo DETER, exigido somente para o item 7.

10.5. DECLARAÇÕES:

10.5.1. Apresentar as seguintes declarações, conforme Modelo De Declaração Conjunta disponível no Anexo VI:

- a) Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, que está ciente de todos os requisitos de habilitação e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias.
- b) Declaro cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- c) Sob pena de desclassificação, declaro que minhas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- d) Declaro para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos.;
- e) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do Art. 1º e no inciso III do Art. 5º da Constituição Federal.
- f) Declaro que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- g) Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- h) Declaração de que colocará à disposição do contrato tantos, quantos veículos foram cotados pela licitante, sendo os mesmos com **NO MÁXIMO 15 (quinze) ANOS DE USO**, com capacidade nominal individual de acordo com a necessidade expressa na descrição de cada trajeto que compõem o objeto deste Edital;
- i) Declaração de que os veículos possuem todos os equipamentos exigidos pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ÁGUA DOCE**

- j) Declaração de conhecimento do trajeto e a respectiva quilometragem correspondente, dos itens cotados pela licitante, e de que assumirá integralmente a responsabilidade.

10.6. OUTRAS COMPROVAÇÕES:

10.6.1. Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede da licitante onde conste o seu enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) visando ao exercício dos direitos previstos nos Arts. 42 a 45 da Lei Federal Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Federal Complementar nº 147/2014, quando for o caso.

10.6.1.1. A Certidão ou o Certificado deverão estar **atualizados**, ou seja, emitidos a menos de **120 (cento e vinte) dias** da data marcada para a abertura da presente Licitação.

10.6.1.2. Declaração informando todos os dados (nome, cargo, CPF, endereço comercial completo, telefones, e e-mails institucional) de quem será responsável pela assinatura do Contrato, caso não for o proprietário deverá encaminhar a procuração registrada lhe dando esses poderes, conforme modelo Anexo IV.

10.6.1.2.1. A ausência da declaração constante no item 10.6.1.2 deste edital, não ensejará a inabilitação das proponentes por não se tratar de documento de habilitação previsto em lei, porém, por conter informações importantes para contato, responsabilidade para assinatura do Contrato, e dados bancários para pagamento, poderá ser cobrada pelo pregoeiro, através de diligência solicitando tal documento, e deverá seguir o modelo constante no Anexo IV.

10.6.1.3. A proponente deverá declarar, se for o caso, clicando no local apropriado do sistema:

10.6.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.6.2.1. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato/ata de registro, porém, será obrigatória durante a fase de habilitação e apresentação dos documentos indicados neste subitem, ainda que veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.

10.6.2.2. Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da declaração de vencedores, prorrogáveis por igual período, a critério desta Prefeitura, para a regularização da documentação com emissão de certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

10.6.2.3. A regularização de que trata o subitem anterior poderá ser suprida no decorrer da fase de habilitação, por solicitação do pregoeiro, que abrirá diligência solicitando o(s) documento(s) que apresentem restrição. Caso a regularização seja possível neste momento, o processo avançará para a próxima fase. Em caso de não haver a possibilidade de regularização neste momento, será assegurado o prazo previsto no subitem 10.6.2.2.

10.6.2.4. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 10.6.2.2 implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato/ata de registro, ou revogar a licitação.

10.6.3. No caso de apresentação de certidões das quais não conste o prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da emissão dos mesmos.

10.6.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.6.5. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.6.6. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Federal



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE ÁGUA DOCE

Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.6.7. Nos termos do art. 64, da Lei nº 14.133/21, após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

§ 2º Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10.6.8. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, se for o caso, será concedido o **prazo mínimo de 10 (dez) minutos** para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro(a) verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o(a) Pregoeiro(a) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **03 (três) dias úteis**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do Art. 43, §1º da Lei Federal Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE ÁGUA DOCE

licitatório.

- 12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no Cadastro do Portal de Compras Públicas, sendo responsabilidade do licitante de manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 13.1. Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará e homologará o procedimento licitatório.

14. DO CONTRATO

- 14.1. O contrato será firmada entre o Município de Água Doce, através do órgão competente, e o vencedor da licitação, no qual consignarão os direitos e obrigações das partes, e conforme minuta presente neste instrumento.
- 14.2. A empresa vencedora será convocada para assinar o contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, após a homologação.
- 14.3. O prazo de **vigência da contrato** será de **12 (doze) meses**, contados da sua assinatura, e poderá ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 5 anos, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 106 da Lei nº. 14.133/21.
- 14.4. A recusa injustificada da empresa vencedora em assinar o contrato, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.
- 14.5. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea "d", do inciso II, do Art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, será obtida mediante a solicitação da empresa vencedora ao Município de Água Doce, através de protocolo acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que eventuais alterações deferidas serão aplicadas a partir do primeiro dia útil do mês posterior ao pedido.
- 14.6. Após a assinatura do contrato, caso a proponente vencedora queira desistir/negar em continuar a executar o objeto, deverá comunicar com 90 (noventa) dias de antecedência, tendo em vista a necessidade de nova licitação, e principalmente, evitar contratações emergenciais. Em caso de omissão a esta regra, a proponente vencedora estará aceitando expressamente a renovação do contrato, podendo incorrer em multas e as sanções pertinentes caso venha a desistir/não renovar o contrato após o prazo.

15. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

- 15.1. Nos termos do Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 15.1.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 15.1.2. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 15.2. O Fiscal e Gestor de contratos contarão com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, sempre que entender necessário.
- 15.2.1. O apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno restringir-se-á às questões formais em que pairar dúvida fundamentada do Fiscal ou Gestor de contratos.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ÁGUA DOCE**

- 15.3. Somente serão aceitos produtos que estiverem de acordo com as especificações exigidas, estando sua aceitação condicionada à devida fiscalização dos agentes competentes.
- 15.4. O aceite dos mesmos não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo, verificadas posteriormente, inclusive por qualquer irregularidade que resulte de imperfeições, ou emprego de material inadequado/qualidade inferior.
- 15.5. Constatada alguma irregularidade no serviço executado, o município poderá rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua correção, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- 15.6. A fiscalização do Contrato ou ata de registro de preço será designada a servidora Emanuel Felipe Maccagnan.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE VENCEDORA E DO CONTRATANTE

16.1. DAS OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE VENCEDORA:

- 16.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 16.1.2. Efetuar a execução do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;
- 16.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 16.1.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato;
- 16.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;
- 16.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 16.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 16.1.8. Implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 06 (seis) meses, em caso de licitação de grande vulto, nos termos do Art. 25, §4º da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 16.1.9. Apontar, previamente a publicação do edital, qualquer ilegalidade ou irregularidade que julgue existente no presente Edital, para viabilizar a correção em tempo hábil;
- 16.1.10. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;
- 16.1.11. Facilitar todas as atividades de fiscalização durante toda execução do contrato;
- 16.1.12. Atender as diretrizes da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados);
- 16.1.13. As despesas de transporte e alimentação são de responsabilidade da proponente vencedora.
- 16.1.14. Comunicar com 90 (noventa) dias de antecedência a desistência/negativa de continuar prestando os serviços, do contrário o contrato poderá ser prorrogado automaticamente.

16.2. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- 16.2.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE ÁGUA DOCE

- 16.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento;
- 16.2.3. Comunicar à proponente vencedora, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 16.2.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da proponente vencedora, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 16.2.5. Efetuar o pagamento à proponente vencedora no valor correspondente ao fornecimento/execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do Art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 16.2.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela proponente vencedora com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto licitado, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da proponente vencedora, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 16.2.7. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências deste Edital e seus Anexos.

17. DOS RECURSOS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. Os recursos para a presente licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Dotação	Elemento de despesa	Complemento do elemento	Fonte de recurso
78	3.3.90	34.01	1.500.1001.0086
78	3.3.90	39.32	1.500.1001.0086
83	3.3.90	34.01	1.500.1001.0086
83	3.3.90	39.32	1.500.1001.0086
95	3.3.90	34.01	1.500.1001.0086
95	3.3.90	39.32	1.500.1001.0086
162	3.3.90	34.01	1.571.0000.0022
162	3.3.90	39.32	1.571.0000.0022
175	3.3.90	34.01	1.553.0000.0062
163	3.3.90	34.01	1.550.0000.0058
163	3.3.90	39.32	1.550.0000.0058
170	3.3.90	34.01	1.553.0000.0061
170	3.3.90	39.32	1.553.0000.0061

17.1.1. Caso ocorra a prorrogação do Contrato prevista em Lei, o Município consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

18. DA FORMA DE PAGAMENTO

- 18.1. O pagamento será efetuado após a apreciação a constatação de que o serviço foi executado em conformidade com esse Termo, bem como, a emissão da Nota Fiscal, que deverá ocorrer até o último dia útil do mês da prestação dos serviços.
- 18.2. Após o recebimento da Nota Fiscal pela Contratante, a mesma tem o prazo até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços para efetuar o depósito do valor na conta bancária informada pela Contratada.
- 18.3. Não será admitida qualquer solicitação de acréscimo aos preços propostos para cobrir as despesas que, porventura, tenham deixado de ser computadas quando da elaboração da proposta.
- 18.4. Nenhum faturamento da CONTRATADA será processado sem que tenha sido dado atesto pelo CONTRATANTE dos serviços efetivamente prestados;
- 18.1.4 O encaminhamento das notas fiscais deverá ser direcionado ao setor requisitante, conforme Solicitação de Fornecimento no e-mail informado no documento, para conferência, com cópia para o Departamento de Compras, Licitações,



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE ÁGUA DOCE

Convênios e Contratos, através do e-mail: nfe@aguadoce.sc.gov.br.

- 18.1.5 O proponente vencedor deverá mencionar na nota fiscal os dados bancários, uma vez que o pagamento será efetuado através de crédito bancário, bem como o número da solicitação de fornecimento e do processo licitatório.
- 18.1.6 O proponente vencedor deverá destacar na nota fiscal as informações acerca do imposto de renda (IR), em conformidade com o Decreto Municipal nº 134/2023. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço. Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que a licitante/contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus à municipalidade.
- 18.1.7 O proponente vencedor deverá destacar na nota fiscal as informações acerca do imposto de serviço de qualquer natureza (ISS), em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 36/2003.
- 18.1.8 A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para a proponente vencedora.
- 18.1.9 O pagamento será efetuado mediante a apresentação dos documentos relacionados abaixo, devidamente certificados pela fiscalização da CONTRATANTE:
- a) Nota Fiscal;
 - b) Certificado de Regularização do FGTS atualizada;
 - c) Certidão Conjunta de Tributos Federais;
 - d) Certidão de Tributos Estaduais;
 - e) Certidão de Tributos Municipais;
 - f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;
 - g) Relatórios de GPS;
 - h) Ofício em papel timbrado da empresa informando os dados bancários (banco, agência e conta corrente), com a titularidade da mesma Razão Social e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), sendo obrigatório a identificação e assinatura do representante legal da empresa.
 - i) **Declaração de Optante pelo Simples¹ (caso seja optante), conforme modelo constante no Anexo VII.**

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:
- 19.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento equivalente;
 - 19.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento equivalente que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 19.1.3. Der causa à inexecução total do contrato ou instrumento equivalente;
 - 19.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 19.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 19.1.6. Não celebrar a ata, contrato ou instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a celebração, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 19.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

¹ **NOTA: A apresentação desta declaração é obrigatória a cada emissão de Nota Fiscal para empresas do Simples Nacional. Caso a empresa não apresente este documento, o setor financeiro deverá realizar as retenções tributárias devidas como se a empresa fosse do regime de Lucro Presumido/Real, conforme determina a legislação da Receita Federal.**



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ÁGUA DOCE

- 19.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 19.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou instrumento equivalente;
- 19.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 19.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 19.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- 19.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 19.2.1. **ADVERTÊNCIA:** Quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 19.2.2. **MULTA:** Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura do Contrato, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
- 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de mora na assinatura deste ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato;
 - 30% (trinta por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total do contrato.
- 19.2.2.1. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:
- Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pela Contratada da ordem de serviços.
 - Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.
- 19.2.2.2. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à proponente Contratada:
- Se o valor a ser pago à proponente Contratada não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da comunicação oficial.
 - Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela proponente Contratada ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 19.2.3. **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “18.1.2”, “18.1.3” e “18.1.4” do subitem 18.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 19.2.4. **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “18.1.8”, “18.1.9”, “18.1.10” e “18.1.11” do subitem 18.1, bem como nas alíneas “18.1.2”, “18.1.3” e “18.1.4”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 19.3. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 19.4. Todas as sanções previstas neste Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 19.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 19.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE ÁGUA DOCE

- 19.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 19.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 19.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - as peculiaridades do caso concreto;
 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - os danos que dela provierem para o Contratante;
 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 19.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 19.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 19.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 19.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 19.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

20. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 20.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.
- 20.2. A impugnação e/ou pedido de esclarecimento deverá ser realizada exclusivamente por forma eletrônica no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.
- 20.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 20.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 20.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao Art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.
- 20.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE ÁGUA DOCE

- 20.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.
- 20.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.
- 20.8. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

21. DA PROTEÇÃO E INFORMAÇÃO DE DADOS – LGPD

- 21.1. A proponente vencedora obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenham acesso, inclusive em razão do fornecimento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, determinação de órgãos reguladores e/ou fiscalizadores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.
- 21.2. Tanto Município quanto a proponente vencedora deverão fornecer e solicitar umas às outras apenas os dados estritamente necessários ao cumprimento do presente termo/contrato, devendo ser realizado o tratamento adequado das informações a que tiver acesso.
- 21.3. Os dados pessoais aos quais a proponente vencedora tiver acesso em razão da execução do presente termo/contrato não poderão ser revelados ou compartilhados com terceiros, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos, encaminhamentos ou outros meios que reflitam as referidas informações, ressalvados os casos em que houver prévia autorização por escrito da PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE.
- 21.4. O Município e a proponente vencedora ficam obrigadas a manter preposto para comunicação para os assuntos pertinentes a Lei 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.
- 21.5. O Município e a proponente vencedora deverão implementar e manter medidas técnicas/administrativas suficientes para garantir a segurança, a proteção, a confidencialidade, o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenham acesso, evitando os acessos não autorizados, acidentes, vazamento acidentais ou ilícitos que causem destruição, perdas, alterações, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não autorizado.
- 21.6. O Município e a proponente vencedora deverão manter sigilo sobre os dados pessoais de empregados, colaboradores, servidores ou qualquer pessoa física aos quais eventualmente tenham acesso, respeitando todos os protocolos exigidos pela Lei Federal nº 13.709/2018, bem como legislação complementar e orientações emitidas pelas ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados).
- 21.7. O Município e a proponente vencedora deverão assegurar que todos os seus servidores, empregados, colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, alertando-os sobre as responsabilidades decorrentes do descumprimento de tal dever.
- 21.8. O Município e a proponente vencedora cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e demais normas de proteção de dados, bem como no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de controle administrativo, naquilo que couber.
- 21.9. O Município e a proponente vencedora notificarão formalmente umas às outras, e imediatamente, a respeito de qualquer ocorrência relativa a eventual descumprimento das disposições relativas à proteção de dados pessoais que tenham relação com o objeto do presente contrato, promovendo todas as ações necessárias à solução dos problemas que venham ser causados por seus empregados e/ou colaboradores.
- 21.10. Considera-se ocorrência qualquer incidente que implique em violação ou risco de violação de dados pessoais, relativo a acesso, coleta, armazenamento, tratamento, compartilhamento e eliminação de dados, que possa gerar eventuais prejuízos aos titulares e/ou questionamento das autoridades competente.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE ÁGUA DOCE

- 21.11. Eventuais responsabilidades do Município e da proponente vencedora serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a legislação aplicável, observado o contraditório e a ampla defesa.
- 21.12. Em caso de ocorrência de prejuízo aos titulares de dados e/ou às partes decorrentes da não observância nas normas constantes neste termo, a parte que der causa ao prejuízo se obriga a indenizar a outra pelos danos sofridos, sejam eles de natureza patrimonial ou extrapatrimonial, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, respeitando o contraditório e ampla defesa.
- 21.13. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em mesmo vigor após a extinção das relações contratuais/editais.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).
- 22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.
- 22.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observando os princípios da isonomia e do interesse público.
- 22.10. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
 - 22.10.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 22.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.
- 22.12. A Prefeitura Municipal de Água Doce/SC poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ÁGUA DOCE**

- 22.12.1. A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.
- 22.12.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.
- 22.13. É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.
- 22.14. Para os casos omissos do presente Edital aplicar-se-á o disposto na Lei 14.133/21 e suas alterações e Lei Complementar nº 123/2006.
- 22.15. O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos: www.portaldecompraspublicas.com.br e <https://aguadoce.sc.gov.br/licitacoes/>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no Departamento de Compras, Licitações, Convênio e Contratos do Município de Água Doce, situado no endereço Praça João Macagnan, 322, centro, Água Doce (SC), 89.654-000, nos dias úteis, no horário das 7h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados, ou pelo telefone (49) 3524-0000, ou pelo e-mail prefeitura@aguadoce.sc.gov.br.
- 22.16. O Foro competente para dirimir quaisquer dúvidas surgidas em decorrência desta licitação é o da Comarca de Joaçaba/SC, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.
- 22.17. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
 - Anexo II – Termo de Referência / Estimativa de Preços;
 - Anexo III – Modelo de Proposta de Preços Readequada;
 - Anexo IV – Modelo de Cadastro do Responsável pela Assinatura do Contrato / Ata de Registro de Preços;
 - Anexo V – Minuta do Contrato.
 - Anexo VI – Modelo de Declaração Conjunta
 - Anexo VII – Modelo de Declaração de Optante pelo Simples**

Água Doce/SC, 16 de janeiro de 2026

NEWTON LUIZ BEDIN
Prefeito Municipal em Exercício



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE ÁGUA DOCE

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 3/2026/PMAD EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026/PMAD

ANEXO I ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O Município de Água Doce necessita contratar serviços contínuos de transporte escolar para atendimento dos alunos da rede pública municipal e estadual de ensino fundamental e ensino médio, residentes no município, bem como transporte intermunicipal para estudantes universitários e cursos técnicos residentes em Água Doce que frequentam instituições de ensino superior localizadas no município de Joaçaba/SC.

Quanto aos itens 01 a 04 são referentes a renovação de linhas já terceirizadas, os itens 05 e 06 são referentes a linhas novas que são necessárias diante da alteração da carga horário do ensino médio. A adoção de horário estendido, com término das atividades às 12h15, mostra-se necessária para viabilizar o cumprimento das 1.000 horas-aula anuais sem prejuízo à organização pedagógica, garantindo a adequada distribuição dos componentes curriculares, o aprofundamento dos conteúdos e a inclusão de atividades complementares, projetos interdisciplinares e ações de reforço e recuperação da aprendizagem. Dessa forma, configura-se como medida necessária, legalmente amparada e pedagogicamente justificada, a terceirização do transporte escolar somente para devolução desses alunos em período diferenciado do normal. E o item 07 é referente ao transporte universitário que era executado com veículo próprio, mas por questão de mão de obra e organização, fica mais viável a terceirização.

A necessidade decorre da obrigação constitucional do Poder Público de garantir o acesso e a permanência do aluno na escola, conforme o art. 208 da Constituição Federal, bem como da realidade geográfica do município, caracterizada por extensa área rural e distâncias significativas entre residências e unidades escolares, inviabilizando o deslocamento autônomo dos estudantes. Quanto ao transporte universitário, trata-se de política pública de apoio à educação, tradicionalmente adotada pelo Município, visando ampliar o acesso ao ensino superior, reduzir a evasão e contribuir para a formação profissional da população local.

O transporte escolar deverá ser prestado de forma contínua, assegurando o deslocamento seguro dos estudantes da rede municipal e estadual de ensino. Os serviços serão executados de segunda a sexta-feira, nos períodos matutino e vespertino, e transporte universitário no período noturno, com possibilidade de atendimento aos sábados para atividades extracurriculares ou reposições de aulas. Os veículos utilizados serão de responsabilidade da empresa contratada e deverão contar com motoristas qualificados e todos os requisitos de segurança exigidos pela legislação.

A contratação está amparada pela Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para a administração pública. Em especial, o artigo 6º, inciso LVI, define a contratação de serviços contínuos, enquanto o artigo 37 prevê a obrigatoriedade de licitação para garantir a seleção da proposta mais vantajosa, assegurando transparência, eficiência e isonomia no processo licitatório.

Adicionalmente, a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), em seu artigo 4º, inciso VIII, estabelece que é dever do Estado garantir transporte escolar adequado para assegurar o acesso e a permanência dos alunos nas instituições de ensino.

O município de Água Doce/SC, com uma área territorial de 1.319,137 km², enfrenta desafios logísticos significativos para manter o transporte escolar. Diariamente, são percorridos aproximadamente 5.470 quilômetros para atender à demanda dos estudantes. Devido à limitação da frota municipal e à falta de mão de obra especializada no quadro de servidores efetivos, a administração pública não consegue suprir essa necessidade por meios próprios.

Diante desse cenário, torna-se indispensável a contratação de empresa especializada por meio do Sistema de Registro de Preços, conforme previsto no artigo 82 da Lei nº 14.133/2021. Essa medida visa assegurar a continuidade, eficiência e qualidade dos serviços de transporte escolar, garantindo o acesso e a permanência dos alunos nas instituições de ensino e atendendo às exigências legais e operacionais da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.

2. ALINHAMENTO COM PCA

Está de acordo com o previsto no Plano de Contratação Anual 2026.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE ÁGUA DOCE

- Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo também as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/91.
- Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Estaduais, emitida pela Fazenda do Estado onde está sediada a empresa.
- Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Fazenda do Município onde está sediada a empresa.
- Comprovante de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943 (art. 29, V, da Lei 8.666/93 alterada).
- Atestado de capacidade técnica
- Cópia do Cartão de Inscrição no CNPJ, atualizado.
- Cópia do ato constitutivo ou do contrato social (acompanhado de com todas as alterações ou consolidado).
- Certidão Negativa de Falência ou Concordata, com data de expedição de até 60 (sessenta) dias.
- Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executiva de trânsito dos Estados, Municípios e do Distrito Federal (Art. 136 da Lei n. 9.503 de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro). A autorização referida deverá ser afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante (Art. 137). Para tanto exige-se:
 - a) Registro como veículo de passageiros;
 - b) Inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;
 - c) Pintura da faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseiras da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;
 - d) Equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;
 - e) Lanternas de luz branca, fosca ou amarela, dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;
 - f) Cintos de segurança em número igual à lotação;
 - g) Outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CTB;
 - h) O veículo utilizado para execução de serviços de transporte escolar não poderá ter mais de 15 (quinze) anos de vida útil, revelando-se como a solução que melhor atende ao interesse público, conciliando a segurança, e a continuidade do serviço e eficiência nos gastos dos recursos municipais. Devido a vasta extensão territorial e estradas rurais exige-se veículos com robustez mecânica e a opção definida da idade limite de 15 anos mostra-se técnica e operacionalmente adequada, permitindo que a frota suporte as condições severas de rodagem. Exigir frota mais nova poderia afastar empresas locais e resultar em licitação deserta ou preços mais elevados. Cidades vizinhas como Catanduvas, e Erval velho já utilizam o padrão de 15 anos, facilitando a logística do mercado regional.
Com tudo pode-se garantir o menor preço para o erário sem abrir mão da segurança que é controlada pelas vistorias obrigatórias.
- i) Será exigido veículo específico:
 - a. para o trajeto 1: veículo com capacidade mínima de 28 lugares;
 - b. para o trajeto 5: veículo com capacidade mínima de 45 lugares;
 - c. para o trajeto 15: veículo com capacidade mínima de 28 lugares;
 - d. para o trajeto 4: veículo com capacidade mínima de 40 lugares;
 - e. para o trajeto 23: veículo com capacidade mínima de 15 lugares;
 - f. para o trajeto 24: veículo com capacidade mínima de 15 lugares;
 - g. para o trajeto 25: veículo com capacidade mínima de 50 lugares;
- j) A prestadora de serviços de transporte escolar deverá, obrigatoriamente, atender a legislação vigente;



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE ÁGUA DOCE

- k) O motorista que realizar o serviço de transporte escolar deverá ter: curso especializado para condutores de veículos de transporte escolar e transporte de passageiros; Carteira Nacional de Habilitação dentro do prazo de validade; habilitação mínima na Categoria "D" e não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses.
 - l) O serviço de transporte escolar deverá estar à disposição das escolas em cumprimento ao estabelecido no Calendário Escolar;
 - m) O serviço de transporte escolar deverá também realizar o transporte de alunos das escolas municipais para eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte do Município de Água Doce/SC;
 - n) O serviço de transporte escolar deverá transportar alunos da rede Estadual e Municipal do Município de Água Doce/SC.
 - o) O serviço de transporte noturno será de estudantes do município de cursos técnicos e Universitários que estudam no município de Joaçaba/SC.
- O condutor de veículo destinado à condução de escolares deve satisfazer os seguintes requisitos:
 - g) Ter idade superior a vinte e um anos;
 - h) Ser habilitado na categoria D;
 - i) Carteira Nacional de Habilitação dentro do prazo de validade;
 - j) Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;
 - k) Ser aprovado em curso especializado para condutores de veículos de transporte escolar e transporte de passageiros.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A previsão para a contratação do serviço, no período de 12 (doze) meses, considerando o Calendário Escolar 2026 (anexo) e possíveis atividades extracurriculares, está descrita abaixo:

ENSINO FUND E MÉDIO RENOVAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTIDADE ANUAL	apres.
1	TRAJETO 1 Transporte de aproximadamente 50 alunos, veículo com capacidade de no mínimo 28 alunos por período. Saída 6h 30min do assentamento Olaria com alunos e professores, vai até final do assentamento Terra a Vista, volta trazendo alunos do 1° ao 5° ano, vai até José Rocomback, segue para a escola do Assentamento 1° de Agosto, deixa os alunos e vai até o asfalto SC 150 (Quissé e Luciana), vai até no morador Ciente Benjamin de Oliveira entrada no Fronza. Volta para a escola 1° de Agosto as 11h 30min, pega os alunos para fazer devolução leva até o asfalto SC 150, depois alunos do Terra a Vista, professoras e alunos do Assentamento Olaria. Para o período da tarde vai até o Assentamento Terra a Vista buscar alunos e leva até a escola do Assentamento 1° de Agosto, vai até o asfalto (SC 150 Quissé), no Ciente Benjamin de Oliveira encruilhada Fronza, e volta escola Assentamento 1° de Agosto. As 17h saída escola assentamento 1° de agosto e faz todo o itinerário contrário. Percorre aproximadamente 174 km/dia, utilizando um micro ônibus para o transporte.	36.888	km
2	TRAJETO 5 Transporte de aproximadamente 80 alunos, veículo com capacidade de no mínimo 45 alunos por período. Saída 5h15min do Assentamento Olaria vai até Rio Mato-fazenda Zamboni, também na fazenda Covolam, volta até a Placa do assentamento Olaria, fazendo conexão com a linha que faz o transporte Assentamento 9 de Novembro, passa pela divisa com Pedra Lisa, serra da trincheira, Fazenda Estancia da Serra, Paiol de Telhas e alunos que esperam próximo a ponte do Rio Água Doce, chegando a cidade 7h20min com alunos do CEM Frei Silvano do CEI Estrelinha Azul e EEB Ruth Lebarbechon. As 11h20min começa o retorno dos alunos pegando no CEI Estrelinha Azul, CEM frei Silvano, EEB Ruth Lebarbechon, Paiol de telhas, Serra da Trincheira, divisa Pedra Lisa,	35616	km



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ÁGUA DOCE

	Assentamento Olaria e fazenda perdiz, e fazenda Covolan, faz manobra e volta passando por Serra da Trincheira, Fazenda Estancia da Serra (Eliseu Neres), Félix, Piaia,, Paiol de Telhas com chegada na cidade as 13h 10min. 17h faz o retorno para devolução dos alunos CEI Estrelinha Azul, CEM Frei Silvano, EEB Ruth Lebarbechon, Paiol de Telhas, vai até no Clóvis Hartecopff, faz manobra e volta por Serra da Trincheira, Piaia, Eliseu Neriz, São Pedro , Olaria, Zancan, vai até na ponte, Perdiz, vai até na ponte da casa Ari Lopes. Percorrendo 168km/dia, utilizando um ônibus para o transporte.		
3	TRAJETO 15 Transporte de aproximadamente 30 crianças com saída 6h30min do assentamento Olaria levando alunos da EEB Ruth Lebarbechon até a Fazenda Zamboni, segue até o Assentamento Ozziel (Dalcíria), Jorge da Luz, vai até a casa do Seu Gaspar e vai sentido Assentamento 9 de novembro pegando alunos e leva para a Escola Cultivando o saber (Assentamento 9 de Novembro) percorrendo 82km/dia, utilizando um micro ônibus para o transporte.	17384	km
4	TRAJETO 4 Transporte aproximadamente de 60 alunos, veículo com capacidade de no mínimo 40 alunos por período. Saida 5h40min do Assentamento 9 de Novembro, passando pela encruzilhada da fazenda Covolan, fazenda Pegoraro, Fazenda Sadi Siqueira, Seu Gentil, Eugenio de Lima, Cleonice Garcia, Fazenda Tafonal, Lageado II e Assentamento olaria, fazendo conexão com a linha que traz para o centro da cidade, depois leva alunos do pré ao 5° ano para aa Escola Municipal Cultivando o Saber. As 11h30min sai do Cultivando o saber leva de volta os alunos do período matutino e ao mesmo tempo recolhe os alunos para o período da tarde fazendo conexão com a linha que traz alunos para o centro da cidade e volta para a EM Cultivando o Saber. 17h saída da escola deixando os alunos vai até o Assentamento Olaria, Lageado II e retorna ao assentamento 9 de Novembro, perfazendo aproximadamente 170km/dia, utilizando um ônibus para o transporte.	36040	km

ENSINO MÉDIO ESTADO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTIDADE ANUAL	apres.
5	TRAJETO 23 Transporte Escolar – Ensino Médio (Período Matutino) O serviço de transporte escolar atenderá aproximadamente 15 alunos do Ensino Médio, utilizando um veículo com capacidade mínima para 15 lugares, no período matutino, exclusivamente para o retorno dos estudantes às suas comunidades de origem. A saída ocorrerá diariamente às 12h15min, da Escola Estadual B. Ruth Lebarbechon, com destino às seguintes localidades: Comunidade Paiol de Telhas, Linha Serra da Trincheira, Assentamento Olaria, Assentamento e Comunidade 9 de Novembro, passando pela Fazenda Pegoraro, Fazenda Zamboni e chegando ao final do Assentamento Ozziel. O trajeto totaliza aproximadamente 110 km por dia, sendo o transporte destinado exclusivamente ao retorno dos alunos do Ensino Médio às suas residências.	23320	km
6	TRAJETO 24 Transporte Escolar – Ensino Médio (Período Matutino) O serviço de transporte escolar atenderá aproximadamente 12 alunos do Ensino Médio, utilizando um veículo com capacidade para 15 lugares, no período matutino, exclusivamente para o retorno dos estudantes às suas comunidades de origem. A saída ocorrerá diariamente as 12h15min da EEB Ruth Lebarbechon com destino a Linha boa esperança, Vila Poppi, Comunidade de Santo Antônio, Linha Paiol do	22048	km



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ÁGUA DOCE**

	Fundo, passando por Cocho D'Água, entrando na Placa indo até a Fazenda Dorneles Fronza, volta e vai para a comunidade de 1° de agosto, Terra a Vista e Granja Woelma. O trajeto totaliza aproximadamente 104km ao dia, sendo o transporte destinado ao retorno dos alunos do ensino médio as suas residências.		

UNIVERSIDADE

ITEM	DESCRIÇÃO	QTIDADE ANUAL	apres.
7	TRAJETO 25 Transporte Escolar – Transporte Universitário e Técnico O serviço de transporte escolar atenderá aproximadamente 50 alunos do ENSINO superior, cursos técnicos e profissionalizantes utilizando um veículo ônibus com poltronas reclináveis, ar condicionado, com capacidade mínima para 50 lugares, no período noturno. A saída ocorrerá diariamente às 18h15min, da praça João Macagnan, passando pela Avenida Independência, seguindo aos municípios de Luzerna e Joaçaba, com paradas no centro de Joaçaba e nos Campos I e Campos II da Unoesc e com retorno pelo mesmo trajeto. O trajeto totaliza aproximadamente 80 km por dia, sendo o transporte destinado exclusivamente aos alunos dos cursos técnicos e universitários.	16960	km

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Analisando as publicações de pregões com objetos similares, observou-se que a prática de tal contratação também é adotada por outras prefeituras da região. O mercado conta com algumas empresas, inclusive locais, que prestam serviços de transporte escolar, possibilitando a competitividade e consequente obtenção de preço mais favorável ao Município.

Tratando-se de uma prestação de serviço especializada, que demanda qualificação dos profissionais e disponibilidade de veículos apropriados para tal finalidade, conclui-se que a contratação de transporte escolar no Sistema de Registro de Preços é a solução mais vantajosa e que melhor atende à necessidade da Administração.

Destaca-se que o serviço será requisitado conforme a demanda e que a contratação de empresa especializada assegura a efetividade na prestação do serviço, respeitando os princípios da economicidade, eficácia e eficiência.

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

A pesquisa de preços foi realizada utilizando preços praticados por outros municípios, preços praticados pelo município de Água Doce e cotações enviadas pelos fornecedores. Dessa forma, apresenta-se a estimativa de preços no quadro abaixo:

ENSINO FUND. E MÉDIO RENOVAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTIDADE ANUAL	apres.	RS unit	R\$ TOTAL
1	TRAJETO 1 Transporte de aproximadamente 50 alunos, veículo com capacidade de no mínimo 28 alunos por período. Saída 6h 30min do assentamento Olaria com alunos e professores, vai até final do assentamento Terra a Vista, volta trazendo alunos do 1° ao 5° ano, vai até José Rocomback, segue para a escola do Assentamento 1° de Agosto, deixa os alunos e vai até o asfalto SC 150 (Quissé e Luciana), vai até no morador Ciente Benjamin de Oliveira entrada no Fronza. Volta para a escola 1° de Agosto as 11h 30min, pega os	36.888	km	6,53	240.878,64



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ÁGUA DOCE

	<p>alunos para fazer devolução leva até o asfalto SC 150, depois alunos do Terra a Vista, professoras e alunos do Assentamento Olaria. Para o período da tarde vai até o Assentamento Terra a Vista buscar alunos e leva até a escola do Assentamento 1° de Agosto, vai até o asfalto (SC 150 Quissé), no Ciente Benjamin de Oliveira encruzilhada Fronza, e volta escola Assentamento 1° de Agosto. As 17h saída escola assentamento 1° de agosto e faz todo o itinerário contrário. Percorre aproximadamente 174 km/dia, utilizando um micro ônibus para o transporte.</p>				
2	<p>TRAJETO 5 Transporte de aproximadamente 80 alunos, veículo com capacidade de no mínimo 45 alunos por período. Saída 5h15min do Assentamento Olaria vai até Rio Mato-fazenda Zamboni, também na fazenda Covolam, volta até a Placa do assentamento Olaria, fazendo conexão com a linha que faz o transporte Assentamento 9 de Novembro, passa pela divisa com Pedra Lisa, serra da trincheira, Fazenda Estancia da Serra, Paiol de Telhas e alunos que esperam próximo a ponte do Rio Água Doce, chegando a cidade 7h20min com alunos do CEM Frei Silvano do CEI Estrelinha Azul e EEB Ruth Lebarbechon. As 11h20min começa o retorno dos alunos pegando no CEI Estrelinha Azul, CEM frei Silvano, EEB Ruth Lebarbechon, Paiol de telhas, Serra da Trincheira, divisa Pedra lisa, Assentamento Olaria e fazenda perdiz, e fazenda Covolam, faz manobra e volta passando por Serra da Trincheira, Fazenda Estancia da Serra (Eliseu Neres), Félix, Piaia,, Paiol de Telhas com chegada na cidade as 13h 10min. 17h faz o retorno para devolução dos alunos CEI Estrelinha Azul, CEM Frei Silvano, EEB Ruth Lebarbechon, Paiol de Telhas, vai até no Clóvis Hartecopff, faz manobra e volta por Serra da Trincheira, Piaia, Eliseu Neriz, São Pedro, Olaria, Zancan, vai até na ponte, Perdiz, vai até na ponte da casa Ari Lopes. Percorrendo 168km/dia, utilizando um ônibus para o transporte.</p>	35616	km	7,33	261.065,28
3	<p>TRAJETO 15 Transporte de aproximadamente 30 crianças com saída 6h30min do assentamento Olaria levando alunos da EEB Ruth Lebarbechon até a Fazenda Zamboni, segue até o Assentamento Oziel (Dalclária), Jorge da Luz, vai até a casa do Seu Gaspar e vai sentido Assentamento 9 de novembro pegando alunos e leva para a Escola Cultivando o saber (Assentamento 9 de Novembro) percorrendo 82km/dia, utilizando um micro ônibus para o transporte.</p>	17384	km	7,06	122.731,04
4	<p>TRAJETO 4 Transporte aproximadamente de 60 alunos, veículo com capacidade de no mínimo 40 alunos por período. Saída 5h40min do Assentamento 9 de Novembro, passando pela encruzilhada da fazenda Covolan, fazenda Pegoraro, Fazenda Sadi Siqueira, Seu Gentil, Eugenio</p>	36040	km	7,30	263.092,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ÁGUA DOCE**

de Lima, Cleonice Garcia, Fazenda Tafonal, Lageado II e Assentamento Olaria, fazendo conexão com a linha que traz para o centro da cidade, depois leva alunos do pré ao 5° ano para a Escola Municipal Cultivando o Saber. As 11h30min sai do Cultivando o saber leva de volta os alunos do período matutino e ao mesmo tempo recolhe os alunos para o período da tarde fazendo conexão com a linha que traz alunos para o centro da cidade e volta para a EM Cultivando o Saber. 17h saída da escola deixando os alunos vai até o Assentamento Olaria, Lageado II e retorna ao assentamento 9 de Novembro, perfazendo aproximadamente 170km/dia, utilizando um ônibus para o transporte.					
				TOTAL	886.766,96

ENSINO MÉDIO ESTADO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTIDADE ANUAL	apres.	RS unit	R\$ TOTAL
5	TRAJETO 23 Transporte Escolar – Ensino Médio (Período Matutino) O serviço de transporte escolar atenderá aproximadamente 15 alunos do Ensino Médio, utilizando um veículo com capacidade mínima para 15 lugares, no período matutino, exclusivamente para o retorno dos estudantes às suas comunidades de origem. A saída ocorrerá diariamente às 12h15min, da Escola Estadual B. Ruth Lebarbechon, com destino às seguintes localidades: Comunidade Paiol de Telhas, Linha Serra da Trincheira, Assentamento Olaria, Assentamento e Comunidade 9 de Novembro, passando pela Fazenda Pegoraro, Fazenda Zamboni e chegando ao final do Assentamento Oziel. O trajeto totaliza aproximadamente 110 km por dia, sendo o transporte destinado exclusivamente ao retorno dos alunos do Ensino Médio às suas residências.	23320	km	8,18	190.757,60
6	TRAJETO 24 Transporte Escolar – Ensino Médio (Período Matutino) O serviço de transporte escolar atenderá aproximadamente 12 alunos do Ensino Médio, utilizando um veículo com capacidade para 15 lugares, no período matutino, exclusivamente para o retorno dos estudantes às suas comunidades de origem. A saída ocorrerá diariamente as 12h15min da EEB Ruth Lebarbechon com destino a Linha boa esperança, Vila Poppi, Comunidade de Santo Antônio, Linha Paiol do Fundo, passando por Cocho D'Água, entrando na Placa indo até a Fazenda Dorneles Fronza, volta e vai para a comunidade de 1° de agosto, Terra a Vista e Granja Woelma. O trajeto totaliza aproximadamente 104km ao dia, sendo o transporte destinado ao retorno dos alunos do ensino médio as suas residências.	22048	km	8,26	182.116,48
				TOTAL	373.692,08



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ÁGUA DOCE**

UNIVERSIDADE

ITEM	DESCRIÇÃO	QTIDADE ANUAL	apres.	RS unit	R\$ TOTAL
7	TRAJETO 25 Transporte Escolar – Transporte Universitário e Técnico O serviço de transporte escolar atenderá aproximadamente 50 alunos do ENSINO superior, cursos técnicos e profissionalizantes utilizando um veículo ônibus com poltronas reclináveis, ar condicionado, com capacidade mínima para 50 lugares, no período noturno. A saída ocorrerá diariamente às 18h15min, da praça João Macagnan, passando pela Avenida Independência, seguindo aos municípios de Luzerna e Joaçaba, com paradas no centro de Joaçaba e nos Campos I e Campos II da Unoesc e com retorno pelo mesmo trajeto. O trajeto totaliza aproximadamente 80 km por dia, sendo o transporte destinado exclusivamente aos alunos dos cursos técnicos e universitários.	16960	km	12,75	216.240,00
				TOTAL	216.240,00

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Considerando a demanda da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte para a continuidade do transporte escolar, bem como a insuficiência de veículos e mão de obra especializada no quadro de servidores efetivos do município, a presente solução tem por objetivo a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte escolar, respeitando o princípio da economicidade e interesse público.

Cabe ressaltar que o serviço será prestado por empresa devidamente habilitada que possua mão de obra com formação específica, possibilitando maior eficiência e não implicando em custos para contratação, treinamento e gerência de mão de obra por parte da Administração Municipal. Além disso, os critérios definidos para a prestação do serviço possibilitam a obtenção de preço compatível com a finalidade estabelecida.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

O serviço será prestado de forma parcelada, conforme cronograma do calendário escolar 2026.

9. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A utilização de processo licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço, favorece a disputa entre os proponentes, configurando-se como tecnicamente viável e economicamente vantajoso para a Administração Municipal.

Nesse sentido, busca-se:

- eficiência e continuidade no transporte dos alunos;
- assegurar a seleção de proposta apta a promover a contratação mais vantajosa para o Município;
- garantir o acesso e permanência dos alunos nas instituições de ensino, evitando a evasão escolar.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não se identifica a necessidade de providências a serem adotadas pela Administração, por se tratar de atividades rotineiras para os prestadores de serviços. Além disso, a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte possui servidor capacitado para a fiscalização do contrato.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não há necessidade de contratações correlatas para atender ao objeto desta contratação.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ÁGUA DOCE**

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

A empresa contratada deverá adotar medidas para redução de possíveis impactos ambientais, como:

- a) respeitar os limites máximos de ruídos para veículos estabelecidos na RESOLUÇÃO CONAMA n° 272, de 14 de setembro de 2000;
- b) atender aos limites máximos de emissão de poluentes fixados pelo Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE), conforme RESOLUÇÃO CONAMA n° 15, de 13 de dezembro de 1995;
- c) Atender, no que couber, à RESOLUÇÃO CONTRAN N° 961, DE 17 DE MAIO DE 2022, que estabelece requisitos técnicos de acessibilidade para os veículos de transporte de passageiros.

13. POSICIONAMENTO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Diante do exposto, considera-se fundamental a “eventual e futura contratação de serviços de transporte escolar por quilômetro rodado”, para atendimento às necessidades da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte. Entende-se que a contratação por meio de processo licitatório é a mais adequada, atendendo o interesse público e havendo viabilidade de execução.

Água Doce, 06 de janeiro de 2026.

Giovana Rosa Sari Macagnan
Secretária de Educação Cultura e Esportes



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ÁGUA DOCE**

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 3/2026/PMAD
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026/PMAD**

**ANEXO II
TERMO DE REFERÊNCIA**

1. DO OBJETO

Contratação de serviços de transporte escolar por quilômetro rodado, com veículo apropriado e em condições de rodagem para o ano letivo de 2026, conforme especificações constantes no Edital.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O Município de Água Doce necessita contratar serviços contínuos de transporte escolar para atendimento dos alunos da rede pública municipal e estadual de ensino fundamental e ensino médio, residentes no município, bem como transporte intermunicipal para estudantes universitários e cursos técnicos residentes em Água Doce que frequentam instituições de ensino superior localizadas no município de Joaçaba/SC.

Quanto aos itens 01 a 04 são referentes a renovação de linhas já terceirizadas, os itens 05 e 06 são referentes a linhas novas que são necessárias diante da alteração da carga horária do ensino médio. A adoção de horário estendido, com término das atividades às 12h15, mostra-se necessária para viabilizar o cumprimento das 1.000 horas-aula anuais sem prejuízo à organização pedagógica, garantindo a adequada distribuição dos componentes curriculares, o aprofundamento dos conteúdos e a inclusão de atividades complementares, projetos interdisciplinares e ações de reforço e recuperação da aprendizagem. Dessa forma, configura-se como medida necessária, legalmente amparada e pedagogicamente justificada, a terceirização do transporte escolar somente para devolução desses alunos em período diferenciado do normal. E o item 07 é referente ao transporte universitário que era executado com veículo próprio, mas por questão de mão de obra e organização, fica mais viável a terceirização.

A necessidade decorre da obrigação constitucional do Poder Público de garantir o acesso e a permanência do aluno na escola, conforme o art. 208 da Constituição Federal, bem como da realidade geográfica do município, caracterizada por extensa área rural e distâncias significativas entre residências e unidades escolares, inviabilizando o deslocamento autônomo dos estudantes.

Quanto ao transporte universitário, trata-se de política pública de apoio à educação, tradicionalmente adotada pelo Município, visando ampliar o acesso ao ensino superior, reduzir a evasão e contribuir para a formação profissional da população local.

O transporte escolar deverá ser prestado de forma contínua, assegurando o deslocamento seguro dos estudantes da rede municipal e estadual de ensino. Os serviços serão executados de segunda a sexta-feira, nos períodos matutino e vespertino, e transporte universitário no período noturno, com possibilidade de atendimento aos sábados para atividades extracurriculares ou reposições de aulas. Os veículos utilizados serão de responsabilidade da empresa contratada e deverão contar com motoristas qualificados e todos os requisitos de segurança exigidos pela legislação.

A contratação está amparada pela Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para a administração pública. Em especial, o artigo 6º, inciso LVI, define a contratação de serviços contínuos, enquanto o artigo 37 prevê a obrigatoriedade de licitação para garantir a seleção da proposta mais vantajosa, assegurando transparência, eficiência e isonomia no processo licitatório.

Adicionalmente, a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), em seu artigo 4º, inciso VIII, estabelece que é dever do Estado garantir transporte escolar adequado para assegurar o acesso e a permanência dos alunos nas instituições de ensino.

O município de Água Doce/SC, com uma área territorial de 1.319,137 km², enfrenta desafios logísticos significativos para manter o transporte escolar. Diariamente, são percorridos aproximadamente 5.470 quilômetros para atender à demanda dos estudantes. Devido à limitação da frota municipal e à falta de mão de obra especializada no quadro de servidores efetivos, a administração pública não consegue suprir essa necessidade por meios próprios.

Diante desse cenário, torna-se indispensável a contratação de empresa especializada por meio do Sistema de Registro de Preços, conforme previsto no artigo 82 da Lei nº 14.133/2021. Essa medida visa assegurar a continuidade, eficiência e qualidade dos serviços de transporte escolar, garantindo o acesso e a permanência dos alunos nas instituições de ensino e atendendo às exigências legais e operacionais da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ÁGUA DOCE

3.1 Os serviços, as quantidades e preços máximos a serem pagos pelo Município são os constantes na Tabela abaixo.

3.2 Nos preços propostos deverão estar inclusos todas as despesas para seu fornecimento, como: tributos, deslocamento, funcionários, encargos trabalhistas, manutenção dos veículos e demais despesas intrínsecas à prestação do serviço descrito.

ENSINO FUND E MÉDIO RENOVAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTIDADE ANUAL	apres.	MÉDIA	R\$ TOTAL
1	TRAJETO 1 Transporte de aproximadamente 50 alunos, veículo com capacidade de no mínimo 28 alunos por período. Saída 6h 30min do assentamento Olaria com alunos e professores, vai até final do assentamento Terra a Vista, volta trazendo alunos do 1° ao 5° ano, vai até José Rocomback, segue para a escola do Assentamento 1° de Agosto, deixa os alunos e vai até o asfalto SC 150 (Quissé e Luciana), vai até o morador Ciente Benjamin de Oliveira entrada no Fronza. Volta para a escola 1° de Agosto as 11h 30min, pega os alunos para fazer devolução leva até o asfalto SC 150, depois alunos do Terra a Vista, professoras e alunos do Assentamento Olaria. Para o período da tarde vai até o Assentamento Terra a Vista buscar alunos e leva até a escola do Assentamento 1° de Agosto, vai até o asfalto (SC 150 Quissé), no Ciente Benjamin de Oliveira encruzilhada Fronza, e volta escola Assentamento 1° de Agosto. As 17h saída escola assentamento 1° de agosto e faz todo o itinerário contrário. Percorre aproximadamente 174 km/dia, utilizando um micro ônibus para o transporte.	36.888	km	6,53	240.878,64
2	TRAJETO 5 Transporte de aproximadamente 80 alunos, veículo com capacidade de no mínimo 45 alunos por período. Saída 5h15min do Assentamento Olaria vai até Rio Mato- fazenda Zamboni, também na fazenda Covolam, volta até a Placa do assentamento Olaria, fazendo conexão com a linha que faz o transporte Assentamento 9 de Novembro, passa pela divisa com Pedra Lisa, serra da trincheira, Fazenda Estancia da Serra, Paiol de Telhas e alunos que esperam próximo a ponte do Rio Água Doce, chegando a cidade 7h20min com alunos do CEM Frei Silvano do CEI Estrelinha Azul e EEB Ruth Lebarbechon. As 11h20min começa o retorno dos alunos pegando no CEI Estrelinha Azul, CEM frei Silvano, EEB Ruth Lebarbechon, Paiol de telhas, Serra da Trincheira, divisa Pedra lisa, Assentamento Olaria e fazenda perdiz, e fazenda Covolam, faz manobra e volta passando por Serra da Trincheira, Fazenda Estancia da Serra (Eliseu Neres), Félix, Piaia,, Paiol de Telhas com chegada na cidade as 13h 10min. 17h faz o retorno para devolução dos alunos CEI Estrelinha Azul, CEM Frei Silvano, EEB Ruth Lebarbechon, Paiol de Telhas, vai até no Clóvis Hartecopff, faz manobra e volta por Serra da Trincheira, Piaia, Eliseu Neriz, São Pedro, Olaria, Zancan, vai até na ponte, Perdiz, vai até na ponte da casa Ari Lopes. Percorrendo 168km/dia, utilizando um ônibus para o transporte.	35616	km	7,33	261.065,28



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ÁGUA DOCE

3	TRAJETO 15 Transporte de aproximadamente 30 crianças com saída 6h30min do assentamento Olaria levando alunos da EEB Ruth Lebarbechon até a Fazenda Zamboni, segue até o Assentamento Oziel (Dalcíria), Jorge da Luz, vai até a casa do Seu Gaspar e vai sentido Assentamento 9 de novembro pegando alunos e leva para a Escola Cultivando o saber (Assentamento 9 de Novembro) percorrendo 82km/dia, utilizando um micro ônibus para o transporte.	17384	km	7,06	122.731,04
4	TRAJETO 4 Transporte aproximadamente de 60 alunos, veículo com capacidade de no mínimo 40 alunos por período. Saída 5h40min do Assentamento 9 de Novembro, passando pela encruzilhada da fazenda Covolan, fazenda Pegoraro, Fazenda Sadi Siqueira, Seu Gentil, Eugenio de Lima, Cleonice Garcia, Fazenda Tafonal, Lageado II e Assentamento olaria, fazendo conexão com a linha que traz para o centro da cidade, depois leva alunos do pré ao 5° ano para a Escola Municipal Cultivando o Saber. As 11h30min sai do Cultivando o saber leva de volta os alunos do período matutino e ao mesmo tempo recolhe os alunos para o período da tarde fazendo conexão com a linha que traz alunos para o centro da cidade e volta para a EM Cultivando o Saber. 17h saída da escola deixando os alunos vai até o Assentamento Olaria, Lageado II e retorna ao assentamento 9 de Novembro, perfazendo aproximadamente 170km/dia, utilizando um ônibus para o transporte.	36040	km	7,30	263.092,00
TOTAL					887.766,96

ENSINO MÉDIO ESTADO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTIDADE ANUAL	apres.	MÉDIA	R\$ TOTAL
5	TRAJETO 23 Transporte Escolar – Ensino Médio (Período Matutino) O serviço de transporte escolar atenderá aproximadamente 15 alunos do Ensino Médio, utilizando um veículo com capacidade mínima para 15 lugares, no período matutino, exclusivamente para o retorno dos estudantes às suas comunidades de origem. A saída ocorrerá diariamente às 12h15min, da Escola Estadual B. Ruth Lebarbechon, com destino às seguintes localidades: Comunidade Paiol de Telhas, Linha Serra da Trincheira, Assentamento Olaria, Assentamento e Comunidade 9 de Novembro, passando pela Fazenda Pegoraro, Fazenda Zamboni e chegando ao final do Assentamento Oziel. O trajeto totaliza aproximadamente 110 km por dia, sendo o transporte destinado exclusivamente ao retorno dos alunos do Ensino Médio às suas residências.	23320	km	8,18	190.575,60
6	TRAJETO 24 Transporte Escolar – Ensino Médio (Período Matutino) O serviço de transporte escolar atenderá aproximadamente 12 alunos do Ensino Médio, utilizando um veículo com capacidade para 15 lugares, no período matutino,	22048	km	8,26	182.116,48



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ÁGUA DOCE**

exclusivamente para o retorno dos estudantes às suas comunidades de origem. A saída ocorrerá diariamente às 12h15min da EEB Ruth Lebarbechon com destino a Linha boa esperança, Vila Poppi, Comunidade de Santo Antônio, Linha Paiol do Fundo, passando por Cocho D'Água, entrando na Placa indo até a Fazenda Dorneles fronza, volta e vai para a comunidade de 1° de agosto, Terra a Vista e Granja Woelma. O trajeto totaliza aproximadamente 104km ao dia, sendo o transporte destinado ao retorno dos alunos do ensino médio as suas residências.					
				TOTAL	372.692,08

UNIVERSIDADE

ITEM	DESCRIÇÃO	QTIDADE ANUAL	apres.	MÉDIA	R\$ TOTAL
7	TRAJETO 25 Transporte Escolar – Transporte Universitário e Técnico O serviço de transporte escolar atenderá aproximadamente 50 alunos do ENSINO superior, cursos técnicos e profissionalizantes utilizando um veículo ônibus com poltronas reclináveis, ar condicionado, com capacidade mínima para 50 lugares, no período noturno. A saída ocorrerá diariamente às 18h15min, da praça João Macagnan, passando pela Avenida Independência, seguindo aos municípios de Luzerna e Joaçaba, com paradas no centro de Joaçaba e nos Campos I e Campos II da Unoesc e com retorno pelo mesmo trajeto. O trajeto totaliza aproximadamente 80 km por dia, sendo o transporte destinado exclusivamente aos alunos dos cursos técnicos e universitários.	16960	km	12,75	216.240,00
				TOTAL	216.240,00

4. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- 4.1 Não há possibilidade de subcontratação de partes do serviço.
- 4.2 Caberá a proponente vencedora obedecer ao objeto do presente edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade. Os serviços somente poderão ser fornecidos pela proponente vencedora, vedado, portanto, o fornecimento de serviço por terceiros.
- 4.3 As quantidades expressas são estimativas e representam a previsão do órgão participante pelo prazo de 12 (doze) meses, todavia, o Sistema de Registro de Preço não obriga a aquisição da quantidade registrada, as quais serão adquiridas de acordo com a necessidade e conveniência do Município e mediante a expedição de ordem de compra.
- 4.4 O serviço será prestado em todos os dias letivos, respeitando o itinerário definido.
- 4.5 Os serviços serão executados de segunda a sexta-feira, nos períodos matutino e vespertino, com possibilidade de atendimento aos sábados para atividades extracurriculares ou reposições de aulas.
- 4.6 O transporte escolar deverá ser prestado de forma contínua, assegurando o deslocamento seguro dos estudantes da rede municipal e estadual de ensino.
- 4.7 O Município não se responsabiliza por qualquer encargo decorrente do serviço prestado.



5. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO

- 5.1 Somente serão aceitos serviços que estiverem de acordo com as especificações exigidas, estando sua aceitação condicionada à devida fiscalização dos agentes competentes.
- 5.2 O aceite dos serviços não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo, verificadas posteriormente.
- 5.3 Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executiva de trânsito dos Estados, Municípios e do Distrito Federal (Art. 136 da Lei n. 9.503 de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro). A autorização referida deverá ser afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante (Art. 137). Para tanto exige-se:
- p) Registro como veículo de passageiros;
 - q) Inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;
 - r) Pintura da faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseiras da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;
 - s) Equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;
 - t) Lanternas de luz branca, fosca ou amarela, dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;
 - u) Cintos de segurança em número igual à lotação;
 - v) Outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CTB;
 - w) O veículo utilizado para execução de serviços de transporte escolar não poderá ter mais de 15 (quinze) anos de vida útil, revelando-se como a solução que melhor atende ao interesse público, conciliando a segurança, e a continuidade do serviço e eficiência nos gastos dos recursos municipais. Devido a vasta extensão territorial e estradas rurais exige-se veículos com robustez mecânica e a opção definida da idade limite de 15 anos mostra-se técnica e operacionalmente adequada, permitindo que a frota suporte as condições severas de rodagem. Exigir frota mais nova poderia afastar empresas locais e resultar em licitação deserta ou preços mais elevados. Cidades vizinhas como Catanduvas, e Erval velho já utilizam o padrão de 15 anos, facilitando a logística do mercado regional.
 - x) Dispositivos eletrônicos que possibilitem rastreamento e monitoramento em tempo real, por meio de tecnologia GPS e/ou GPS/GPRS; Sistema de monitoramento veicular por imagens; Sistema de vigilância digital com, no mínimo, 01 (uma) câmera instalada em local estratégico no interior do veículo².
 - i) Será exigido veículo específico:
 - a. para o trajeto 1: veículo com capacidade mínima de 28 lugares;
 - b. para o trajeto 5: veículo com capacidade mínima de 45 lugares;
 - c. para o trajeto 15: veículo com capacidade mínima de 28 lugares;
 - d. para o trajeto 4: veículo com capacidade mínima de 40 lugares;
 - e. para o trajeto 23: veículo com capacidade mínima de 15 lugares;
 - f. para o trajeto 24: veículo com capacidade mínima de 15 lugares;
 - g. para o trajeto 25: veículo com capacidade mínima de 50 lugares;
 - y) A prestadora de serviços de transporte escolar deverá, obrigatoriamente, atender a legislação vigente;
 - z) O motorista que realizar o serviço de transporte escolar deverá ter: curso especializado para condutores de veículos de transporte escolar e transporte de passageiros; Carteira Nacional de Habilitação dentro do prazo de validade; habilitação mínima na Categoria "D" e não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses.
 - aa) O serviço de transporte escolar deverá estar à disposição das escolas em cumprimento ao estabelecido no Calendário Escolar;
 - bb) O serviço de transporte escolar deverá também realizar o transporte de alunos das escolas municipais para eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte do Município de Água Doce/SC;

² A instalação de sistema de monitoramento por GPS em todos os veículos utilizados no transporte escolar, se justifica para atendimento das seguintes finalidades: - Acompanhamento em tempo real da localização de cada veículo pela equipe de fiscalização; - Controle e registro histórico de rotas, velocidades e horários, possibilitando auditoria e análise de desempenho; - Resposta imediata em casos de emergência, permitindo acionar rapidamente socorro ou substituição de veículos; - Transparência e segurança no serviço prestado, reforçando a confiança de pais, responsáveis e comunidade escolar; - Integração com o sistema de gestão do transporte escolar, quando existente, para otimizar planejamento e operação.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE ÁGUA DOCE

cc) O serviço de transporte escolar deverá transportar alunos da rede Estadual e Municipal do Município de Água Doce/SC.

5.4 O condutor de veículo destinado à condução de escolares deve satisfazer os seguintes requisitos:

- l) Ter idade superior a vinte e um anos;
- m) Ser habilitado na categoria D;
- n) Carteira Nacional de Habilitação dentro do prazo de validade;
- o) Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;
- p) Ser aprovado em curso especializado para condutores de veículos de transporte escolar e transporte de passageiros.

6. ESTIMATIVA DE PREÇOS

O valor estimado para essa contratação é de R\$ 1.476.881,04 (um milhão quatrocentos e setenta e seis mil, oitocentos e oitenta e um reais e quatro centavos).

7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1 O pagamento será efetuado após a apreciação a constatação de que o serviço foi executado em conformidade com esse Termo, bem como, a emissão da Nota Fiscal. A Nota Fiscal deverá ser emitida até o último dia útil do mês da prestação dos serviços.

7.2 Após o recebimento da Nota Fiscal pela Contratante, a mesma tem o prazo até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços para efetuar o depósito do valor na conta bancária informada pela Contratada.

7.3 Não será admitida qualquer solicitação de acréscimo aos preços propostos para cobrir as despesas que, porventura, tenham deixado de ser computadas quando da elaboração da proposta.

7.4 Nenhum faturamento da CONTRATADA será processado sem que tenha sido dado atesto pelo CONTRATANTE dos serviços efetivamente prestados;

7.5 O pagamento será efetuado mediante a apresentação dos documentos relacionados abaixo, devidamente certificados pela fiscalização da CONTRATANTE:

7.5.1 Nota Fiscal;

7.5.2 Certidão do INSS atualizada;

7.5.3 Certificado de Regularização do FGTS atualizada;

7.5.4 Certidão Conjunta de Tributos Federais;

7.5.5 Certidão de Tributos Estaduais;

7.5.6 Certidão de Tributos Municipais;

7.5.7 Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;

7.5.8 Relatórios de GPS;

7.5.9 Ofício em papel timbrado da empresa informando os dados bancários (banco, agência e conta corrente), com a titularidade da mesma Razão Social e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), sendo obrigatório a identificação e assinatura do representante legal da empresa.

8. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A fiscalização do Contrato ou ata de registro de preço será designada ao servidor Emanuel Felipe Maccagnan

10. PRAZO DE VIGÊNCIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ÁGUA DOCE**

A vigência da Ata de Registro de Preço resultante do Processo de Licitação será de 12 (doze) meses a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses, conforme legislação.

Água Doce, 06 de janeiro de 2026.

Giovana Rosa Sari Macagnan
Secretária de Educação, Cultura e Esporte



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ÁGUA DOCE**

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 3/2026/PMAD
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026/PMAD**

**ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS READEQUADA**

OBJETO: Contratação de serviços de transporte escolar por quilômetro rodado, em condições de rodagem para o ano letivo de 2026

Razão Social:
CNPJ:
Endereço:
Telefone:
Email:

Item	Qtde (km)	Descrição	Valor Unitário	Valor Total do Item	Formação do Preço POR KM em Valor e %
01	Trajetos – conforme descritivo constante no Anexo I do Edital			Descrição R\$ % A) PREÇO / KM 100% a1) Custos e despesas a2) Despesa c/ pessoal

A empresa acima descrita, DECLARA que:

1. No preço cotado já deverão estar incluídos os custos de eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, encargos sociais, taxas, seguros, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, diárias, hospedagem, alimentação, fretes e quaisquer outros que incidam sobre a contratação ou decorrentes da mesma.
2. Que o prazo de validade da presente proposta é de 60 (sessenta) dias.
3. Que o prazo de execução do objeto licitado será de acordo com o estabelecido no Edital desta licitação, a contar do recebimento da Solicitação de Fornecimento.

_____, _____ de _____ de 2026

Nome, CPF, cargo e assinatura do representante legal

OBSERVAÇÕES:

1. A proposta deverá ser apresentada preferencialmente em papel timbrado da empresa, caso não possua papel timbrado, que seja descrito no cabeçalho as informações da empresa (razão social, CNPJ, endereço, endereço de e-mail e telefone).



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ÁGUA DOCE**

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 3/2026/PMAD
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026/PMAD**

**ANEXO IV
MODELO DE CADASTRO DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO**

OBJETO: Contratação de serviços de transporte escolar por quilômetro rodado, em condições de rodagem para o ano letivo de 2026

CONTRATANTE: Município de Água Doce, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

EMPRESA:
CNPJ:

DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome Completo:
CPF:
Cargo:
Endereço completo:
Cidade: Bairro: Estado:
Telefone: Email:

Possui Assinatura Digital: () SIM () NÃO

_____, _____ de _____ de 2026

Nome, CPF, cargo e assinatura do representante legal

OBSERVAÇÕES:

1. A declaração deverá ser apresentada preferencialmente em papel timbrado da empresa, caso não possua papel timbrado, que seja descrito no cabeçalho as informações da empresa (razão social, CNPJ, endereço, endereço de e-mail e telefone).
2. Caso o responsável pela assinatura do contrato não seja o proprietário, deverá encaminhar a procuração registrada válida e lhe dando esses poderes.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ÁGUA DOCE**

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 3/2026/PMAD
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026/PMAD**

**ANEXO V
MINUTA DO CONTRATO N. ____/2026 DE ____/____/2026**

TERMO DE CONTRATO, que entre si celebram o Município de Água Doce (SC), por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE(A) NOME DA PASTA, denominado Contratante e a empresa _____, denominada Contratada, para prestação de serviços de transporte escolar em conformidade com o Pregão Eletrônico n. 1/2026/PMAD – Processo Licitatório n. 3/2026/PMAD.

O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE(A) NOME DA PASTA**, na qualidade de **CONTRATANTE**, com sede à Praça João Macagnan, 322, centro, Água Doce (SC), 89.654-000, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.398/0001-90, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NOME DO PREFEITO e a Empresa _____, na qualidade de **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n. _____ estabelecida na _____, Bairro _____, no Município de _____/_____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _xxx.xxx-_, celebram entre si o presente TERMO DE CONTRATO, em consonância com as regras gerais da Lei federal n. 14.133/2021, Lei Federal Complementar n. 123 de 17/12/2006, dentre outras cominações legais, ficando justas e acordadas as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. **Contratação de serviços de transporte escolar por quilômetro rodado**, em condições de rodagem para o ano letivo de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE EXECUÇÃO

- 2.1. Não há possibilidade de subcontratação de partes do serviço.
- 2.2. Caberá a proponente vencedora obedecer ao objeto do presente edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade. Os serviços somente poderão ser fornecidos pela proponente vencedora, vedado, portanto, o fornecimento de serviço por terceiros.
- 2.3. As quantidades expressas são estimativas e representam a previsão do órgão participante pelo prazo de 12 (doze) meses, todavia, o Sistema de Registro de Preço não obriga a aquisição da quantidade registrada, as quais serão adquiridas de acordo com a necessidade e conveniência do Município e mediante a expedição de ordem de compra.
- 2.4. O serviço será prestado em todos os dias letivos, respeitando o itinerário definido.
- 2.5. É imprescindível o acompanhamento de um monitor durante o transporte de alunos.
- 2.6. O Município não se responsabiliza por qualquer encargo decorrente do serviço prestado.
- 2.7. Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executiva de trânsito dos Estados, Municípios e do Distrito Federal (Art. 136 da Lei n. 9.503 de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro). A autorização referida deverá ser afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante (Art. 137). Para tanto exige-se:
 - a) Registro como veículo de passageiros;
 - b) Inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;
 - c) Pintura da faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE ÁGUA DOCE

- partes laterais e traseiras da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;
- d) Equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;
 - e) Lanternas de luz branca, fosca ou amarela, dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;
 - f) Cintos de segurança em número igual à lotação;
 - g) Outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CTB;
 - h) O veículo utilizado para execução de serviços de transporte escolar não poderá ter mais de 15 (quinze) anos de vida útil;
 - i) Será exigido veículo específico:
 - I. para o trajeto 1: veículo com capacidade mínima de 28 lugares;
 - II. para o trajeto 5: veículo com capacidade mínima de 45 lugares;
 - III. para o trajeto 15: veículo com capacidade mínima de 28 lugares;
 - IV. para o trajeto 4: veículo com capacidade mínima de 40 lugares;
 - V. para o trajeto 23: veículo com capacidade mínima de 15 lugares;
 - VI. para o trajeto 24: veículo com capacidade mínima de 15 lugares;
 - VII. para o trajeto 25: veículo com capacidade mínima de 50 lugares;
 - j) A prestadora de serviços de transporte escolar deverá, obrigatoriamente, atender a legislação vigente;
 - k) O motorista que realizar o serviço de transporte escolar deverá ter: curso especializado para condutores de veículos de transporte escolar e transporte de passageiros; Carteira Nacional de Habilitação dentro do prazo de validade; habilitação mínima na Categoria "D" e não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses.
 - l) O serviço de transporte escolar deverá estar à disposição das escolas em cumprimento ao estabelecido no Calendário Escolar;
 - m) O serviço de transporte escolar deverá também realizar o transporte de alunos das escolas municipais para eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte do Município de Água Doce/SC;
 - n) O serviço de transporte escolar deverá transportar alunos da rede Estadual e Municipal do Município de Água Doce/SC.
- 2.8. O condutor de veículo destinado à condução de escolares deve satisfazer os seguintes requisitos:
- a) Ter idade superior a vinte e um anos;
 - b) Ser habilitado na categoria D;
 - c) Carteira Nacional de Habilitação dentro do prazo de validade;
 - d) Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;
 - e) Ser aprovado em curso especializado para condutores de veículos de transporte escolar e transporte de passageiros.
 - f) Apresentar, obrigatoriamente, certidão negativa do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos, junto ao órgão responsável pela respectiva concessão ou autorização (art. 329, do CTB).
- 2.9. O monitor de veículo destinado à condução de escolares deve satisfazer os seguintes requisitos:
- a) Ter idade igual ou superior a dezoito anos;
 - b) Possuir condições físicas para auxiliar os alunos que necessitem;
 - c) Ser responsável e comprometido com a execução do serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

- 3.1. O prazo de **vigência da contrato** será de **12 (doze) meses**, contados da sua assinatura, e poderá ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 5 anos, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 106 da Lei nº. 14.133/21.
- 3.2. Todos os prazos são em dias corridos e em sua contagem excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 4.1. O Contratante compromete-se a pagar à Contratada os valores abaixo especificados:

Item	Descrição	Unid.	Quant	Valor de Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
------	-----------	-------	-------	-------------------------	-------------------



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ÁGUA DOCE**

- 4.1.1. No preço já deverão estar incluídos os custos de eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, encargos sociais, taxas, seguros, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, diárias, hospedagem, alimentação, fretes e quaisquer outros que incidam sobre a contratação ou decorrentes da mesma.
- 4.1.2. O pagamento será efetuado após a apreciação a constatação de que o serviço foi executado em conformidade com esse Termo, bem como, a emissão da Nota Fiscal, que deverá ocorrer até o último dia útil do mês da prestação dos serviços.
- 4.1.3. Após o recebimento da Nota Fiscal pela Contratante, a mesma tem o prazo até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços para efetuar o depósito do valor na conta bancária informada pela Contratada.
- 4.1.4. Não será admitida qualquer solicitação de acréscimo aos preços propostos para cobrir as despesas que, porventura, tenham deixado de ser computadas quando da elaboração da proposta.
- 4.1.5. Nenhum faturamento da CONTRATADA será processado sem que tenha sido dado atesto pelo CONTRATANTE dos serviços efetivamente prestados;
- 4.1.6. Caso não seja mencionado na Nota Fiscal os dados bancários da empresa, a empresa deverá apresentar carta de correção informando os dados ausentes.
- 4.1.7. O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei nº9.032/95.
- 4.1.8. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para:
✓ MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, Praça João Macagnan, 322, centro, Água Doce (SC), 89.654-000, CNPJ nº 82.939.398/0001-90 (órgão gerenciador ou participante), se for o caso.
- 4.1.9. A Nota Fiscal deverá ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 4.1.10. As notas fiscais, em caso de fundos, devem ser emitidas em seus respectivos CNPJ's.
- 4.1.11. O encaminhamento das notas fiscais deverá ser direcionado a Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, através do e-mail: sec.edu@aguadoce.sc.gov.br, para conferência, com cópia para o Departamento de Compras, Licitações, Convênios e Contratos, através do e-mail: nfe@aguadoce.sc.gov.br.
- 4.1.12. A contratada deverá mencionar na nota fiscal os dados bancários, uma vez que o pagamento será efetuado através de crédito bancário, bem como o número da solicitação de fornecimento e do processo licitatório.
- 4.1.13. A contratada deverá destacar na nota fiscal as informações acerca do imposto de renda (IR), em conformidade com o Decreto Municipal nº 134/2023.
- 4.1.14. A contratada deverá destacar na nota fiscal as informações acerca do imposto de serviço de qualquer natureza (ISS), em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 36/2003.
- 4.1.15. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para a proponente vencedora.
- 4.1.16. Deverá ser apresentada a Declaração de Optante pelo Simples (caso seja optante) juntamente com cada nota fiscal, conforme modelo constante no Anexo VII do Edital.**

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE E REALINHAMENTO DE PREÇOS

- 5.1. Após o intervalo de 1 (um) ano, contado da data da assinatura do contrato ou da realização do termo aditivo de valores, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE ÁGUA DOCE

5.2. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea “d”, do inciso II, do Art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, será obtida mediante a solicitação da Contratada ao Contratante, através de protocolo acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que eventuais alterações deferidas serão aplicadas a partir do primeiro dia útil do mês posterior ao pedido.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. Os recursos orçamentários para a presente licitação correrão por conta da dotação abaixo especificada, cujas fonte(s) serão:

Dotação	Elemento de despesa	Complemento do elemento	Fonte de recurso
78	3.3.90	34.01	1.500.1001.0086
78	3.3.90	39.32	1.500.1001.0086
83	3.3.90	34.01	1.500.1001.0086
83	3.3.90	39.32	1.500.1001.0086
95	3.3.90	34.01	1.500.1001.0086
95	3.3.90	39.32	1.500.1001.0086
162	3.3.90	34.01	1.571.0000.0022
162	3.3.90	39.32	1.571.0000.0022
175	3.3.90	34.01	1.553.0000.0062
163	3.3.90	34.01	1.550.0000.0058
163	3.3.90	39.32	1.550.0000.0058
170	3.3.90	34.01	1.553.0000.0061
170	3.3.90	39.32	1.553.0000.0061

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

- 7.1. O Contratante acompanhará e fiscalizará a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. A fiscalização ficará a cargo do servidor Emanuel Felipe Maccagnan.
- 7.2. A fiscalização de que trata o subitem acima, não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração Pública ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 7.3. O representante da Administração Pública anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 7.4. A Gestão deste contrato será realizada pelo Departamento de Compras, Licitações, Contratos e Convênios.
- 7.5. O Fiscal e a Coordenadora de Convênios e Contratos contarão com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, sempre que entender necessário.
- 7.5.1. O apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno restringir-se-á às questões formais em que pairar dúvida fundamentada do Fiscal ou do setor responsável pela gestão.
- 7.6. Constatada alguma irregularidade no material recebido, o município poderá rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE

8.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ÁGUA DOCE**

- 8.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 8.1.2. Efetuar a execução do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade se for o caso;
- 8.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), entre outras legislações pertinentes;
- 8.1.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração Pública ou a terceiros em razão da execução do contrato;
- 8.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;
- 8.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 8.1.8. Implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 06 (seis) meses, em caso de licitação de grande vulto, nos termos do Art. 25, §4º da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 8.1.9. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;
- 8.1.10. Facilitar todas as atividades de fiscalização durante toda execução do contrato;
- 8.1.11. Manter todos os empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da proponente vencedora;
- 8.1.12. Armazenar todos os materiais e utensílios utilizados na execução do objeto, sendo de sua inteira responsabilidade a guarda, conservação e danos que porventura vierem a sofrer;
- 8.1.13. Atender as diretrizes da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados);
- 8.1.14. As despesas de transporte e montagem dos equipamentos/entrega de materiais são de responsabilidade da contratada;
- 8.1.15. Comunicar com 90 (noventa) dias de antecedência a desistência/negativa de continuar prestando os serviços, do contrário o contrato poderá ser prorrogado automaticamente.

8.2. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- 8.2.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 8.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos/serviços realizados provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 8.2.3. Comunicar à proponente vencedora, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 8.2.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da proponente vencedora, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 8.2.5. Efetuar o pagamento à proponente vencedora no valor correspondente ao fornecimento/execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do Art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021;



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE ÁGUA DOCE

- 8.2.6. A Administração Pública não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela proponente vencedora com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto licitado, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da proponente vencedora, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 8.2.7. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências deste Edital e seus Anexos.

CLÁUSULA NONA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

- 9.1. A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenham acesso, inclusive em razão do fornecimento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, determinação de órgãos reguladores e/ou fiscalizadores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.
- 9.2. Tanto CONTRATANTE quanto CONTRATADA deverão fornecer e solicitar umas às outras apenas os dados estritamente necessários ao cumprimento do presente termo/contrato, devendo ser realizado o tratamento adequado das informações a que tiver acesso.
- 9.3. Os dados pessoais aos quais a CONTRATANTE tiver acesso em razão da execução do presente termo/contrato não poderão ser revelados ou compartilhados com terceiros, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos, encaminhamentos ou outros meios que reflitam referidas informações, ressalvados os casos em que houver prévia autorização por escrito do MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE.
- 9.4. CONTRATANTE e CONTRATADA ficam obrigadas a manter preposto para comunicação para os assuntos pertinentes a Lei 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.
- 9.5. As PARTES devem implementar e manter medidas técnicas/administrativas suficientes para garantir a segurança, a proteção, a confidencialidade, o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenham acesso, evitando os acessos não autorizados, acidentes, vazamento acidentais ou ilícitos que causem destruição, perdas, alterações, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não autorizado.
- 9.6. As PARTES deverão manter sigilo sobre os dados pessoais de empregados, colaboradores, servidores ou qualquer pessoa física aos quais eventualmente tenham acesso, respeitando todos os protocolos exigidos pela Lei Federal nº 13.709/2018, bem como legislação complementar e orientações emitidas pelas ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados).
- 9.7. As PARTES devem assegurar que todos os seus servidores, empregados, colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, alertando-os sobre as responsabilidades decorrentes do descumprimento de tal dever.
- 9.8. As PARTES cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e demais normas de proteção de dados, bem como no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de controle administrativo, naquilo que couber.
- 9.9. As PARTES notificarão formalmente umas às outras, e imediatamente, a respeito de qualquer ocorrência relativa a eventual descumprimento das disposições relativas à proteção de dados pessoais que tenham relação com o objeto do presente contrato, promovendo todas as ações necessárias à solução dos problemas que venham ser causados por seus empregados e/ou colaboradores.
- 9.10. Considera-se ocorrência qualquer incidente que implique em violação ou risco de violação de dados pessoais, relativo a acesso, coleta, armazenamento, tratamento, compartilhamento e eliminação de dados, que possa gerar eventuais prejuízos aos titulares e/ou questionamento das autoridades competente
- 9.11. Eventuais responsabilidades das PARTES serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a legislação aplicável, observado o contraditório e a ampla defesa.
- 9.12. Em caso de ocorrência de prejuízo aos titulares de dados e/ou às PARTES decorrentes da não observância nas normas constantes neste termo, a PARTE que der causa ao prejuízo se obriga a indenizar a outra pelos danos sofridos, sejam eles de natureza patrimonial ou extrapatrimonial, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, respeitando o contraditório e ampla



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE ÁGUA DOCE

defesa.

- 9.13. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em mesmo vigor após a extinção das relações contratuais/editalícias.

CLÁUSULA DEZ – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei 14.133/2021, o contratado que:
- der causa à inexecução parcial do contrato;
 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - der causa à inexecução total do contrato;
 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 10.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 10.2.2. Multa:
- 10.2.2.1. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura do Contrato, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
- 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de mora na assinatura deste ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato;
 - 30% (trinta por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total do contrato.
- 10.2.2.2. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:
- Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pela Contratada da ordem de serviços.
 - Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.
- 10.2.2.3. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à Contratada:
- Se o valor a ser pago à Contratada não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da comunicação oficial.
 - Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 10.2.3. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE ÁGUA DOCE

- 10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventual devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
 - a. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b. as peculiaridades do caso concreto;
 - c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d. os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitação e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, como Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 10.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA ONZE – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 11.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 11.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 11.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ÁGUA DOCE**

subjativa.

- 11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - Indenizações e multas.
- 11.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DOZE – DA PUBLICAÇÃO

- 12.1. O Contratante se compromete a publicar o extrato do presente Contrato, nos termos da legislação pertinente.

CLÁUSULA TREZE – DOS CASOS OMISSOS E CONDIÇÕES GERAIS

- 13.1. Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, cujas normas ficam incorporadas integralmente neste instrumento, ainda que delas não se faça menção expressa, e ainda, os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- 13.2. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- 13.2.1. Fazem parte deste contrato, independentemente de transcrição, a proposta da CONTRATADA e o Edital com seus anexos, cujo teor é de conhecimento das partes contratantes.

CLÁUSULA QUATORZE – DO FORO

- 14.1. Fica eleito o foro da comarca de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.
- 14.2. E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 04 (quatro) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Água Doce, SC, de de 2025

NOME DO(A) SECRETÁRIO(A)/PREFEITO
Cargo
MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE/SC

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA
Cargo
RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ÁGUA DOCE**

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 3/2026/PMAD
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026/PMAD**

**ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA**

_____ (Nome da Empresa), CNPJ N _____ sediada na Rua _____, n _____, bairro, _____, Município _____, CEP _____, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão Eletrônico nº 1/2026/PMAD, **DECLARA**, que:

- a. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, que está ciente de todos os requisitos de habilitação e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias.
- b. Declaro cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- c. Sob pena de desclassificação, declaro que minhas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- d. Declaro para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos.;
- e. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do Art. 1º e no inciso III do Art. 5º da Constituição Federal.
- f. Declaro que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- g. Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- h. Declaro que colocarei à disposição do contrato tantos, quantos veículos foram cotados pela licitante, sendo os mesmos com **NO MÁXIMO 15 (quinze) ANOS DE USO**, com capacidade nominal individual de acordo com a necessidade expressa na descrição de cada trajeto que compõem o objeto deste Edital.
- i. Declaro que os veículos possuem todos os equipamentos exigidos pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
- j. Declaro que tenho conhecimento do trajeto e a respectiva quilometragem correspondente, dos itens cotados pela licitante, e de que assumirá integralmente a responsabilidade.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, _____ de _____ de 2026

Nome, CPF, cargo e assinatura do representante legal

OBSERVAÇÕES:

1. A declaração deverá ser apresentada preferencialmente em papel timbrado da empresa, caso não possua papel timbrado, que seja descrito no cabeçalho as informações da empresa (razão social, CNPJ, endereço, endereço de e-mail e telefone).
2. Caso o responsável pela assinatura do contrato não seja o proprietário, deverá encaminhar a procuração registrada válida e lhe dando esses poderes.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ÁGUA DOCE**

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 3/2026/PMAD
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026/PMAD**

**ANEXO VII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE OPTANTE PELO SIMPLES**

(A ser apresentada pela licitante vencedora juntamente com a Nota Fiscal, caso seja optante)

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na Rua _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____, CEP _____, DECLARA à Prefeitura Municipal de Água Doce/SC, pessoa jurídica de direito público, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da COFINS, e da Contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que:

1. É regularmente optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
2. Não está incurso em nenhuma das vedações às optantes pelo Simples Nacional constantes da Lei Complementar nº 123, de 2006;
3. O serviço prestado mediante a Nota Fiscal nº _____ refere-se a transporte escolar executado sob regime de empreitada (preço por item/rota), não se configurando como cessão ou locação de mão de obra, nos termos do art. 17, inciso XII da Lei Complementar nº 123/2006 e do art. 108 da Instrução Normativa RFB nº 2.110/2022.

A signatária compromete-se a informar à Prefeitura Municipal de Água Doce/SC, imediatamente, eventual desenquadramento do presente regime tributário.

Declara, por fim, estar ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, sujeitará a pessoa jurídica e seus representantes legais às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, _____ de _____ de 2026

Nome, CPF, cargo e assinatura do representante legal